

A CRISE ECONÔMICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 30.3.1988

A crise da economia brasileira tem caráter estrutural, exigindo soluções heróicas, mas o governo federal limita-se a tomar medidas paliativas e contraditórias entre si. Anunciou há duas semanas um programa econômico, que na verdade é um conjunto tímido mas "realista" de medidas visando controlar o déficit público, e na semana seguinte o Conselho Monetário Nacional "flexibiliza" a resolução 1.469 do Banco Central, que havia congelado o endividamento dos estados ao nível de dezembro do ano passado. Os ministros da área econômica realizam, assim, um enorme esforço para controlar o déficit público, procurando ao mesmo tempo ser realistas quanto às limitações políticas do governo, mas logo em seguida são obrigados a fazer concessões que inviabilizam sua política.

E no entanto o Brasil necessita hoje, mais do que nunca, de medidas de política econômica firmes e corajosas para enfrentar uma crise econômica sem precedentes na história do país. A renda per capita brasileira está praticamente estagnada desde 1980. Um período de estagnação tão longo jamais ocorreu neste país desde que, há mais de cem anos, teve início seu processo de industrialização. A taxa de poupança e investimentos, que girava em torno de 22 por cento do PIB no final dos anos 70, hoje está próxima dos 16 por cento. E não há nenhum sinal de que essa taxa volte a crescer em um futuro próximo.

As causas dessa crise devem ser procuradas (1) na política de endividamento público com base em recursos externos - uma política de déficit público portanto - que prevaleceu nos anos 70, (2) no aumento sistemático dos subsídios e incentivos ao setor privado por parte do governo federal, (3) no grande erro de política econômica cometido em 1979, quando o país não podia mais adiar seu processo de ajustamento externo e no entanto decidiu continuar um irresponsável processo de expansão, (4) na decisão do governo de assumir praticamente todo o ônus do ajustamento, quando este afinal começa em 1981, mantendo grande parte dos subsídios e incentivos ao setor privado, (5) na redução da carga tributária bruta de 26 para 26 por cento do PIB em função principalmente do aumento da taxa de inflação.

Todos esses fatores tiveram como consequência levar o setor público brasileiro a uma situação de bancarrota, enquanto o setor privado fortalecia-se ou parecia fortalecer-se. De fato, enquanto os índices de endividamento do setor privado reduziam-se sistematicamente apesar da crise econômica, o índice de endividamento interno e externo do setor público aumentava de forma explosiva. O déficit público crescente e, em seguida, a redução da taxa de poupança e investimento, são em grande parte consequência desse endividamento excessivo do setor público.

Imaginar que esse quadro se altere pela simples evolução do ciclo econômico não me parece realista. Um dos melhores economistas brasileiros, sugeriu que o excesso de riqueza financeira nas mãos do setor privado estaria prestes a provocar um novo choque de investimentos. A idéia é interessante mas, na falta de medidas heróicas visando o restabelecimento das finanças públicas, o que provavelmente ocorrerá com o excesso de riqueza financeira conjugada com estagnação econômica e altas taxas de inflação será uma crescente desconfiança nos títulos públicos, ainda que indexados e com taxas de juros positivas (que só agravam o déficit público), a fuga para o dólar, e, finalmente, o rompimento do atual patamar inflacionário de 20 por cento e a hiperinflação. A hiperinflação importa de uma forma desordenada e descontrolada os sacrifícios que o governo não tem a coragem de solicitar da sociedade, mas, em compensação, abrirá caminho para a recomposição das finanças públicas e para a retomada do desenvolvimento.